

Nível instrucional de pessoas com deficiência no Brasil

Instructional level of people with disabilities in Brazil

*Táisa Grasiela Gomes Liduenha Gonçalves**
*Silvia Márcia Ferreira Meletti***
*Natália Gomes dos Santos****

RESUMO:

O objetivo deste estudo foi analisar o nível instrucional da população brasileira, especificamente, das pessoas com deficiência. Para a análise utilizou-se os dados do censo demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os resultados indicaram: alto percentual de pessoas sem instrução ou com o ensino fundamental incompleto (44,9%) com 15 anos ou mais. Ao tratar das pessoas com deficiência com 10 anos ou mais, os dados mostraram que, em média, são analfabetas: 13,5% das pessoas com deficiência visual, 21,2% com deficiência auditiva, 30,2% com deficiência física e 45,6% das pessoas com deficiência mental. Ainda com relação à população com deficiência mental, a concentração (52,5%) do analfabetismo ocorre na faixa etária dos 10 aos 14 anos. Espera-se que esse estudo possa subsidiar o debate sobre o direito à educação para todos os alunos e fomentar a produção do conhecimento sobre o analfabetismo.

Palavras-chave: Analfabetismo. Educação especial. Indicadores sociais

ABSTRACT:

The study aimed to analyze the instructional level of the population, specifically of people with disabilities. For the analysis was used the data from the census of 2010 developed by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE in portuguese). The results indicated a high percentage of people illiterate or with incomplete primary education (44.9%) with 15 years old or more. When dealing with disabled people with 10 years old or more, the data shown that, on average, are illiterate: 13.5% of people with visual disability, 21.2% of people with hearing disability, 30.2% of people with physical disability and 45.6% of people with mental disability. Also in relation to the population with mental disability, concentration of illiteracy (52.5%) occurs between the ages of 10 to 14 years old. This study can subsidizes the discussion on the right to education for all students and promote the production of knowledge on illiteracy.

Keywords: Illiteracy. Special education. Social indicators.

* Doutorado em Educação Especial (Educação do Indivíduo Especial) pela Universidade Federal de São Carlos, Brasil (2014) Estudante da Universidade Estadual de Londrina, Brasil. E-mail: taisaliduenha@gmail.com

** Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo, Brasil (2006) Associada da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, Brasil. E-mail: smeletti@gmail.com

*** Licenciada em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos (2014) e mestranda em Educação pela Universidade Estadual de Londrina, Brasil. E-mail: nataliagomes433@gmail.com

Introdução

Esse trabalho tem por objetivo analisar o nível instrucional da população brasileira, especificamente, das pessoas com deficiência. A pessoa analfabeta, segundo a definição censitária do IBGE, é aquela que não sabe ler e escrever um bilhete simples no idioma que conhece.

A definição censitária pode significar muito pouco em termos de domínio efetivo da leitura, da escrita e do cálculo. Não se lhe pode, contudo, diminuir o alcance, tanto educacional como social e político. Com efeito, a alfabetização, mesmo no sentido restrito que a definição censitária lhe empresta, representa de um lado, a libertação das múltiplas formas de preconceito, rotulação e estigmatização ainda vigentes em relação às pessoas analfabetas (...); de outro, significa a superação da barreira e efetivação do primeiro passo no caminho da alfabetização e do letramento. (FERRARO, 2004, p.122- 123)

Diante disso, Ferraro (2008, p.287) apresenta a seguinte pergunta: “acreditará o povo que tem contas de educação escolar a cobrar do Estado? Poderão as pessoas humildes acreditar que o Estado está em dívida com elas e que elas têm o direito e dispõem dos meios para cobrar escola(rização)?” Respondemos, sim, o Estado tem uma dívida educacional histórica com o povo brasileiro.

Desde a “descoberta” do Brasil até a última década do Império, ou seja, em quatro séculos, o analfabetismo não era considerado como problema para o país. O analfabetismo, portanto, emergiu como um problema político vinculado à questão eleitoral e não a questão econômica (FERRARO, 2004).

Com o primeiro censo brasileiro, 1872, é possível compreender o início dessa dívida educacional, pois se estimava que 82,3% da população com 5 ou mais anos de idade era considerada analfabeta. Após 18 anos (1890), a situação permaneceu inalterada com uma taxa de analfabetismo de 82,6% para pessoas com 5 anos ou mais de idade (FERRARO, 2004). Transcorrido 120 anos após o levantamento de 1980, o último censo demográfico (IBGE, 2010) revela que no Brasil 12% da população com 5 anos ou mais é analfabeta.

Em 1881, a Lei Saraiva proibiu o voto dos analfabetos, pois estes sujeitos representavam uma ameaça para o governo e elites. A justificativa dos analfabetos não votarem era a sua incapacidade, sendo que o discurso do analfabetismo era ideológico e se pautava em uma vergonha nacional, a causa de todos os males. Decorridos mais de 100 anos, com a Constituição de 1988, é que a exclusão dos analfabetos com relação ao voto foi suprimida (FERRARO, 2004).

Cabe aqui ressaltar que ao longo da história as pessoas consideradas analfabetas vivenciaram situações concretas de injustiça social (FREIRE, 2001). Segundo Ferraro (2004) é preciso desconstruir o conceito de alfabetização como sinônimo de algo pejorativo, “o analfabetismo não é nem uma ‘chaga’, nem uma ‘erva daninha a ser erradicada’, nem tão pouco uma enfermidade, mas uma das expressões concretas de uma situação social injusta” (FREIRE, 2001, p.59).

Uma alternativa para reparar esta exclusão educacional é a Educação de Jovens e Adultos (EJA) construída com políticas compensatórias que, segundo Cury (2005, p. 24), visam:

[...] corrigir as lacunas deixadas pelas insuficiências das políticas universalistas. Com isso se pretende equilibrar uma situação em que a balança sempre tendeu a favorecer grupos hegemônicos no acesso aos bens sociais, conjugando assim ao mesmo tempo, por justiça, os princípios de igualdade com o de equidade.

Para Machado (2010, p.251),

[...] a alfabetização de jovens e adultos, para além das questões metodológicas e pedagógicas, precisa ser enfrentada como problema de política pública do ensino fundamental. As experiências históricas de campanhas e programas de alfabetização resultaram em algum acesso à escolarização, mas nenhuma delas conseguiu estender a escolaridade ao público que dela participou, com resultados que correspondem significativamente a conclusão de quatro anos de estudos.

Assim, políticas que deveriam ser universais, se constituem de modo fragmentado e focal. Tal fragmentação política, estratégia do sistema capitalista, faz com que a luta pela universalização do ensino também seja fragmentada. Exemplo disso é o que observamos na educação especial: discuti-se a escolarização de pessoas com deficiência como se elas também não fizessem parte de outros grupos sociais assolados pela pobreza, pela injustiça, pelo analfabetismo e pelas mazelas educacionais em nossa sociedade.

Estudos que analisaram os indicadores educacionais da Educação Básica brasileira, como aqueles realizados por Meletti e Bueno (2011), Gonçalves (2012), Gonçalves, Bueno e Meletti (2013), indicam aumento significativo das matrículas de alunos com deficiência, mas, por outro lado, consideram que,

Se é fato que houve incremento significativo nas matrículas do ensino fundamental, o crescimento delas na educação de jovens e adultos parece expressar o mesmo problema que ocorre com alunos não-deficientes: embora o acesso e permanência tenham se incrementado, boa parte apresenta baixos níveis de aprendizagem, o que redundará em retorno à escola por meio da EJA. (MELETTI; BUENO, 2011, p. 14).

O estudo de Gonçalves (2012) aponta uma tendência crescente nas matrículas de alunos com deficiência na EJA no Brasil, sobretudo, de alunos com deficiência mental. Destaca ainda, que as matrículas de alunos com deficiência estão concentradas nas séries iniciais (de 1ª a 4ª série), reflexo da história de analfabetismo do nosso país.

Além disso, a autora aponta que maioria das matrículas de jovens e adultos com deficiência está concentrada nas instituições especiais que “ofertam” a EJA. Cabe aqui um alerta sobre essa tendência, pois,

[...] nem sempre, no entanto, como mostra a realidade das instituições que atendem crianças e jovens com deficiência e em idade escolar, há

uma preocupação ou mesmo uma proposta educacional por parte dessas instituições, que, muitas vezes, arcam com os cuidados para com a higiene e segurança destas pessoas, sem qualquer conotação educativa formal. (VIEGAS; BASSI, 2009, p.58)

Deste modo, a educação especial com interface na EJA continua seu trajeto em espaços segregados, em um sistema paralelo de ensino, distanciado da escola regular. Neste contexto, defendemos que as pessoas, com e sem deficiência, têm o direito a escolarização em idade escolar, com a apropriação do conhecimento historicamente produzido e sistematizado.

Saviani (2008) aponta que os principais problemas da educação brasileira podem ser agrupados em dois grandes desafios. O primeiro, é que não conseguimos implantar um sistema de ensino em nível nacional, sendo que a educação brasileira acumula um déficit histórico centenário.

O segundo desafio é a descontinuidade. A educação escolar deve ser contínua, com uma disposição durável e irreversível, deste modo, o aluno precisa se apropriar do conhecimento escolar e desenvolver sua trajetória científica. Outro aspecto de descontinuidade ocorre nas políticas educacionais, sendo que cada governo quer deixar sua marca na história política, assim sendo, programas implementados em governos anteriores são deixados de lado (SAVIANI, 2008).

Acredita-se que “uma das condições para a emancipação da classe trabalhadora é o domínio do conhecimento e do saber” (BATISTA; LIMA, 2012). Destacam que há uma

(...) constante luta travada pelo capital, para não somente transformar a educação em mercadoria, seguindo sua lógica de expansão, mas, sobretudo, destituir a educação dos trabalhadores de qualquer conteúdo que lhes permita a compreensão da realidade- o que no caso significa compreender a exploração do seu trabalho. (BATISTA; LIMA, 2012, p.21)

Portanto, é indispensável um enfrentamento em busca de uma escola pública da melhor qualidade para os trabalhadores, sendo esta um elemento para a luta na superação da sociedade de classes (SAVIANI, 2012).

Diante disso, este estudo analisou o nível instrucional de pessoas com deficiência em nosso país, a partir dos dados oficiais sobre o analfabetismo.

Metodologia

Este estudo baseia-se na abordagem marxista, pois segundo o estudo de Barroco (2011) em uma sociedade capitalista, a educação escolar não vem garantindo um bom ensino e adequações necessárias para as pessoas sem deficiência de classes populares. A situação se complica neste contexto social, político, econômico e educacional ao se tratar da pessoa com deficiência analfabeta.

Análise dos dados demográficos se pautará na perspectiva crítica, em que as dimensões de qualidade e quantidade compõem uma unidade. Nessa abordagem

“[...] não há quantidade sem qualidade, nem qualidade sem quantidade, a unidade entre essas duas dimensões do real está em sua inseparabilidade ou exigência recíproca, não em qualquer identidade imaginária entre ambas” (FERRARO, 2012, p. 144). Ainda, segundo o autor, esta perspectiva afasta-se das concepções opostas e complementares entre quantidade e qualidade.

[...] o entendimento de que a dialética marxista (a dialética posta “de cabeça para cima”, ou com os pés no chão, na perspectiva do materialismo histórico, com destaque para Marx e Gramsci) se constitui em caminho promissor para poder avançar na discussão da relação entre quantidade e qualidade na pesquisa, tanto nas ciências sociais em geral, quanto na educação em particular. (FERRARO, 2012, p.143)

A dialética na perspectiva marxista não é excludente ao tratar de quantidade e qualidade; ao contrário, supera essa discussão dos opostos, e, defende a unidade indissolúvel. Portanto, não podemos desconsiderar que “a raiz dessa unidade reside a prática social dos homens, tecida historicamente pelos entrelaçamentos de subjetividades. Disso resulta inclusive, a impossibilidade de juízos neutros na construção do conhecimento (...)” (MARTINS, 2006, p.15-16).

Nesta perspectiva teórica, serão analisados os indicadores sociais, especificamente o censo demográfico, pois a partir deles as políticas públicas são planejadas e executadas, para assim “traduzirem em cifras tangíveis e operacionais várias das dimensões relevantes, específicas e dinâmicas da realidade social” (JANNUZZI, 2005, p.138).

Os dados analisados foram selecionados no Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do ano de 2010 referentes à população autodeclarada com deficiência permanente a partir da faixa etária e alfabetização. Optou-se em analisar os dados demográficos pelo fato do censo ser

[...] a única pesquisa que visita todos os domicílios brasileiros (cerca de 58 milhões espalhados por 8.514.876,599 km²). Para conhecer a situação de vida da população em cada um dos 5.565 municípios do país. Um trabalho gigantesco, que envolve cerca de 230 mil pessoas, bem diferente da pesquisa amostral, que, como o próprio nome indica, investiga uma amostra da população e, a partir de modelos estatísticos, chega à representação do todo¹.

O censo é a principal fonte de dados sobre a população brasileira, deste modo, é um fator fundamental para as políticas públicas em nível municipal, estadual e federal. Para atingir os objetivos do estudo foram utilizadas as variáveis² do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA) que correspondem à totalidade da população no ano de 2010 a partir da idade e nível de instrução (sem

¹ Informação disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/guia_do_censo_2010_apresentacao.php>. Acesso em: 25 mar. 2015.

² As nomenclaturas das variáveis estão de acordo com o SIDRA, disponível no endereço eletrônico: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>.

instrução e fundamental incompleto; fundamental completo e médio incompleto; médio completo e superior incompleto; superior completo; não determinado).

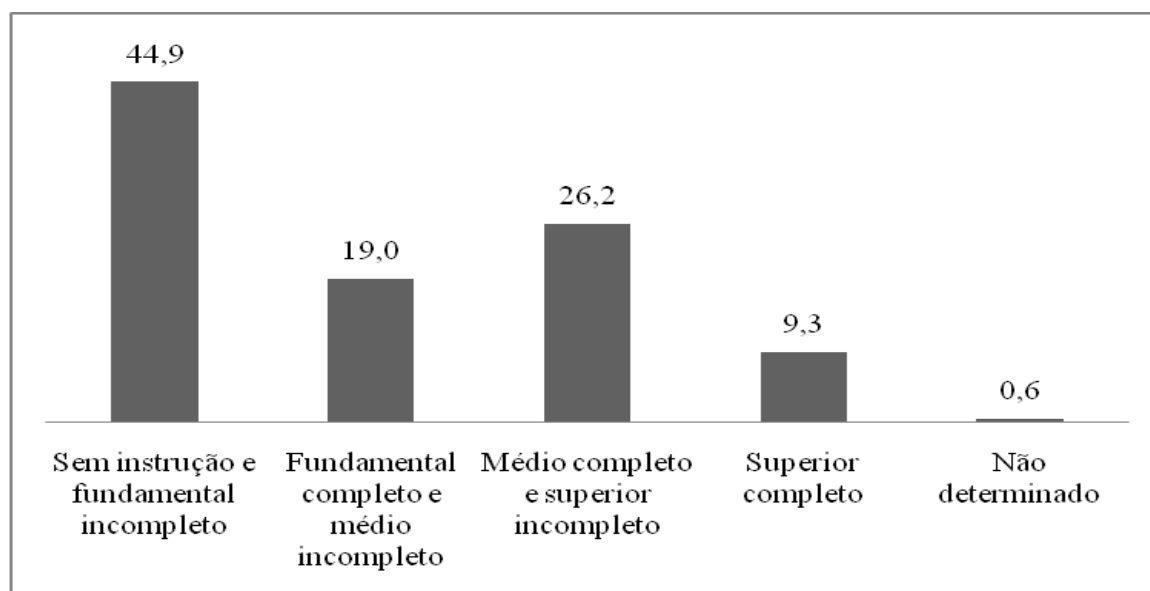
Em outra etapa do estudo, foi utilizada a variável: tipo de deficiência permanente: (visual, auditiva, motora, mental/ intelectual, que apresenta as seguintes características: não consegue de modo algum, grande dificuldade) segundo a variável alfabetização (alfabetizadas; não alfabetizadas) e idade.

A partir destes procedimentos metodológicos apresentam-se os resultados e análises sobre o nível instrucional da população brasileira, especificamente, das pessoas com deficiência.

Resultados e discussão

Com base no censo demográfico foi possível analisar o nível de instrução da população brasileira conforme apresenta a figura 1.

Figura 1: Nível de instrução da população brasileira a partir dos 15 anos



Fonte: Elaboração própria com base no censo demográfico do IBGE/SIDRA (2010).

O Censo Demográfico de 2010 (IBGE) mostra que somos 190.755.799 brasileiros; deste total, 75, 9% (144.814.163) são pessoas com 15 anos ou mais. Constata-se que após 138 anos do primeiro censo no Brasil (1872), grande parcela da população (44,9%) ainda se encontra no nível sem instrução e fundamental incompleto.

Verifica-se que 19% da população acima dos 15 anos possui o ensino fundamental completo e médio incompleto. De acordo com os dados, 26,3% da população acima dos 15 anos tem o ensino médio completo e o ensino superior incompleto, isto pode ser em decorrência pela busca de trabalho, sendo que a Lei de Diretrizes e Bases (LDBEN 9394/96) em seu artigo 36, inciso III, §2º e §4º afirma que:

O ensino médio, atendida à formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas [...]. A preparação geral para o trabalho e, facultativamente, a habilitação profissional, poderão ser desenvolvidas nos próprios estabelecimentos de ensino médio ou em cooperação com instituições especializadas em educação profissional.

Assim, constata-se que o Ensino Médio tem caráter profissionalizante e de terminalidade, que muitas vezes impede o movimento da classe trabalhadora para o ensino superior. Para Kuenzer (2000, p.20) o ensino deveria abranger todos os adolescentes e a escola pública deveria se basear “na construção de uma proposta pedagógica que propicie situações de aprendizagem variadas e significativas a seus estudantes, de modo geral pauperizados economicamente, e, em consequência, cultural e socialmente”.

A autora ainda destaca que “a efetiva democratização de um Ensino Médio que ao mesmo tempo prepara para a inserção no mundo do trabalho e para a cidadania, complementado nos níveis subsequentes por formação profissional científico-tecnológica e sócio-histórica”, segundo as propostas anunciadas na legislação, demanda condições materiais impossíveis no caso brasileiro (KUENZER, 2000, p.38). Com relação aos índices do ensino superior completo, pode ser explicado por Kuenzer (1997, p.85) ao afirmar que,

[...] o raciocínio é simples: ensino superior não é para todos, mas sim para dirigentes e técnicos de alto nível, para o que se exigem estudantes bem preparados pela educação primária e secundária, cujos egressos devem ser rigorosamente selecionados, premiando os que sejam realmente competentes.

Pode-se afirmar que a educação é desigual, diferenciada para a classe dominante e trabalhadora, e dirigida pelos interesses neoliberais. Nas palavras de Sanfelice,

A escola hoje está direcionada pelo Banco Mundial para o capital; o banco pensa a Educação para os interesses do capital; temos que pensar a Educação para os interesses do trabalhador, do trabalho. Aí entram as brigas políticas, as questões dos trabalhadores, dos partidos, as ideologias, as estratégias. Como ficar no sistema, fazer parte dele, ter de seguir ordens, e mesmo assim conseguir mudá-lo, transformá-lo? (SANFELICE, 2011, p.107)

A educação é algo valioso, entrelaçada a diversos fatores econômicos, sociais e políticos, engendrados no sistema neoliberal, que se baseia nos interesses do capital. Com esse panorama sobre o nível de instrução educacional da população brasileira, o próximo passo deste estudo foi entender a situação da população com deficiência, ao verificar os índices de alfabetização a partir da idade.

Os dados anteriores (a figura 1) apontaram que grande parte da população brasileira, com e sem deficiência, ainda se encontra com pouca instrução escolar.

Com o intuito de analisar o nível instrucional da população brasileira com deficiência, inicia-se a apresentação com os dados de pessoas com deficiência visual segundo a alfabetização e idade, demonstrado na tabela 1.

Tabela 1: População com deficiência visual segundo alfabetização e idade

| Idade | Alfabetizadas | % | Não alfabetizadas | % | Total |
|-----------------|---------------|------|-------------------|------|-----------|
| 10 a 14 anos | 181 609 | 91,2 | 17 625 | 8,8 | 199 234 |
| 15 a 19 anos | 206 772 | 94,0 | 13 178 | 6,0 | 219 950 |
| 20 a 24 anos | 225 576 | 93,8 | 14 803 | 6,2 | 240 379 |
| 25 a 29 anos | 248 205 | 92,5 | 20 105 | 7,5 | 268 310 |
| 30 a 34 anos | 241 067 | 89,2 | 29 327 | 10,8 | 270 394 |
| 35 a 39 anos | 252 230 | 86,7 | 38 741 | 13,3 | 290 971 |
| 40 a 44 anos | 392 162 | 83,6 | 77 139 | 16,4 | 469 301 |
| 45 a 49 anos | 532 425 | 82,1 | 115 902 | 17,9 | 648 327 |
| 50 anos ou mais | 2 492 620 | 65,7 | 1 298 655 | 34,3 | 3 791 275 |

Fonte: Elaboração própria com base no censo demográfico do IBGE/SIDRA (2010).

Um dado a analisar com reserva é o conceito de deficiência visual para as pessoas autodeclaradas, pois devido ao uso de óculos, muitos puderam se considerar sujeitos com deficiência visual, por isso, foi selecionada apenas a variável de deficiência permanente com as características: não consegue de modo algum, grande dificuldade. Entretanto, apesar desta seleção na nomenclatura nota-se um grande número de pessoas com deficiência visual.

Observa-se que, em média, 86,5% da população com deficiência visual no Brasil é autodeclarada alfabetizada, sobretudo, com 50 anos de idade ou mais. Ao analisar toda a população com deficiência visual acima dos 10 anos de idade verifica-se que, em média, 13% desta população não foi alfabetizada.

No que se refere ao número de pessoas com deficiência visual em idade escolar adequada³, encontrou-se alfabetizadas 388.381 pessoas, perfazendo um percentual de 92,65% dos indivíduos. Apesar da concentração de pessoas alfabetizadas, deve-se considerar que um número significativo de indivíduos (30.803) não teve contato com a escola e/ou sucesso acadêmico, contabilizando 7,34% dos sujeitos em idade escolar. Destaca-se um avanço no que tange a oportunidade de escolarização dos alunos com deficiência visual, porém deve-se questionar o percentual de pessoas que não estão se escolarizando no momento histórico de implementação das políticas inclusivas.

Segundo Caiado e Bello (2012) apenas o acesso à escola não garante a efetivação da escolarização dos alunos com deficiência visual, mas também condições concretas que favorecem a apropriação do conhecimento científico são

³ Segundo a Ementa Constitucional nº 59/2009 a idade escolar obrigatória e gratuita é garantida pela legislação brasileira entre 4 a 17 anos de idade.

fundamentais para o sucesso acadêmico destes indivíduos. A tabela 2 apresenta a população com deficiência auditiva segundo a alfabetização e idade.

Tabela 2: População com deficiência auditiva segundo a alfabetização e idade

| Idade | Alfabetizadas | % | Não alfabetizadas | % | Total |
|-----------------|---------------|------|-------------------|------|-----------|
| 10 a 14 anos | 55 471 | 81,2 | 12 820 | 18,8 | 68 291 |
| 15 a 19 anos | 59 133 | 85,2 | 10 267 | 14,8 | 69 400 |
| 20 a 24 anos | 66 547 | 83,8 | 12 840 | 16,2 | 79 387 |
| 25 a 29 anos | 70 549 | 83,4 | 14 088 | 16,6 | 84 637 |
| 30 a 34 anos | 75 249 | 79,7 | 19 184 | 20,3 | 94 433 |
| 35 a 39 anos | 75 171 | 77,4 | 21 907 | 22,6 | 97 078 |
| 40 a 44 anos | 84 447 | 77,2 | 24 932 | 22,8 | 109 379 |
| 45 a 49 anos | 90 190 | 77,5 | 26 163 | 22,5 | 116 353 |
| 50 anos ou mais | 856 710 | 63,4 | 494 443 | 36,6 | 1 351 153 |

Fonte: Elaboração própria com base no censo demográfico do IBGE/SIDRA (2010).

A maioria da população com deficiência auditiva acima dos 10 anos é alfabetizada (78,7%), o que corresponde ao domínio da leitura, escrita e cálculo básico. Entretanto, ainda há um alto número de pessoas com deficiência auditiva acima dos 10 anos sem se alfabetizar, que corresponde a 636.644 (21%).

Os dados censitários mostram que 18,8% da população com deficiência auditiva (12.820) na faixa etária dos 10 aos 14 anos foram declaradas ou se autodeclararam analfabetas. A partir dos 50 anos ou mais ocorre a maior concentração (36,6%) de pessoas com deficiência auditiva não alfabetizadas.

Apesar do maior percentual de pessoas com deficiência auditiva no país serem alfabetizadas, observa-se que vários indivíduos não obtiveram condições de serem escolarizados, principalmente os sujeitos com mais de 30 anos, apresentando em média 20% desta população. Outro ponto de discussão são as condições escolares dos alunos com deficiência auditiva, como apresenta Lacerda (2006, p.164):

A educação de pessoas surdas é um tema bastante preocupante. Pesquisas desenvolvidas no Brasil e no exterior indicam que um número significativo de sujeitos surdos que passaram por vários anos de escolarização apresenta competência para aspectos acadêmicos muito aquém do desempenho de alunos ouvintes, apesar de suas capacidades cognitivas iniciais serem semelhantes. Uma evidente inadequação do sistema de ensino é denunciada por estes dados, revelando a urgência de medidas que favoreçam o desenvolvimento pleno destas pessoas.

Verifica-se que o insucesso acadêmico dos alunos com deficiência auditiva não é somente um problema orgânico, visto que possuem totais condições de aprendizagem com qualquer outro indivíduo. A problemática encontra-se em um sistema educacional que não possibilita aos educandos oportunidades concretas que potencializem suas capacidades no processo de ensino-aprendizagem (LACERDA, 2006). A tabela 3 apresenta a população com deficiência motora a partir da alfabetização e idade.

Tabela 3: População com deficiência motora segundo a alfabetização e idade

| Idade | Alfabetizadas | % | Não alfabetizadas | % | Total |
|-----------------|---------------|------|-------------------|------|-----------|
| 10 a 14 anos | 36 982 | 57,3 | 27 593 | 42,7 | 64 575 |
| 15 a 19 anos | 40 729 | 62,4 | 24 497 | 37,6 | 65 226 |
| 20 a 24 anos | 51 683 | 68,3 | 23 985 | 31,7 | 75 668 |
| 25 a 29 anos | 64 466 | 71,9 | 25 158 | 28,1 | 89 624 |
| 30 a 34 anos | 85 172 | 74,0 | 29 868 | 26,0 | 115 040 |
| 35 a 39 anos | 111 690 | 77,2 | 32 997 | 22,8 | 144 687 |
| 40 a 44 anos | 151 324 | 76,7 | 45 872 | 23,3 | 197 196 |
| 45 a 49 anos | 208 098 | 76,2 | 65 110 | 23,8 | 273 208 |
| 50 anos ou mais | 2 102 947 | 64,3 | 1 166 727 | 35,7 | 3 269 674 |

Fonte: Elaboração própria com base no censo demográfico do IBGE/SIDRA (2010).

Os dados nos mostram que, em média, 30,1% da população com deficiência motora acima dos 10 anos de idade se declarou ou foi autodeclarada como analfabeta. Verifica-se que com o ensino fundamental obrigatório e gratuito no país (LDBEN, 1996), 27.593 (43%) pessoas com deficiência motora entre os 10 aos 14 anos de idade não dominam o conhecimento elementar.

As tabelas 1 e 2 mostram que o maior índice de pessoas com deficiência está na faixa etária dos 50 anos ou mais, a mesma situação ocorre na deficiência motora, em que corresponde a 76,1% do total. Deste modo, são imprescindíveis estudos que averiguem os motivos desse elevado número de pessoas com deficiência nesta faixa etária, uma vez que podem estar atreladas às condições de trabalho e acidentes.

Outro dado alarmante é o alto índice de alunos com deficiência física em idade escolar que ainda não foram alfabetizados, contabilizando, em média, 40%. Estes dados apontam que apesar das políticas inclusivas apresentarem o direito do aluno com deficiência física ao acesso a recursos e equipamentos que possibilitem a comunicação, acessibilidade e mobilidade, observa-se o quanto a escola regular ainda possui limitações que inviabilizam a garantia de educação, resultando em índices de insucesso escolar, como apresentado nos dados (GARCIA, 2012).

Garcia (2012) também tece considerações que afirmam a importância do acesso aos recursos e estratégias para a efetivação dos alunos com deficiência física, dado que é por meio destas vias que os alunos terão contato com os conhecimentos

sistematizados, fundamentais para seu aprendizado. A tabela 4 apresenta a população com deficiência mental/ intelectual a partir da alfabetização e idade.

Tabela 4: População com deficiência mental/ intelectual segundo a alfabetização e idade

| Idade | Alfabetizadas | % | Não alfabetizadas | % | Total |
|-----------------|---------------|------|-------------------|------|---------|
| 10 a 14 anos | 89 891 | 47,5 | 99 258 | 52,5 | 189 149 |
| 15 a 19 anos | 95 019 | 51,0 | 91 272 | 49,0 | 186 291 |
| 20 a 24 anos | 94 111 | 49,9 | 94 495 | 50,1 | 188 606 |
| 25 a 29 anos | 96 561 | 50,3 | 95 382 | 49,7 | 191 943 |
| 30 a 34 anos | 100 798 | 51,8 | 93 926 | 48,2 | 194 724 |
| 35 a 39 anos | 100 193 | 54,0 | 85 188 | 46,0 | 185 381 |
| 40 a 44 anos | 111 237 | 55,9 | 87 865 | 44,1 | 199 102 |
| 45 a 49 anos | 115 689 | 59,1 | 79 966 | 40,9 | 195 655 |
| 50 anos ou mais | 507 407 | 57,8 | 371 163 | 42,2 | 878 570 |

Fonte: Elaboração própria com base no censo demográfico do IBGE/SIDRA (2010).

Nota-se que a situação educacional é ainda mais complicada para a população com deficiência mental. Na faixa etária dos 10 aos 14 anos, mais da metade (52,5%) destes sujeitos não foram alfabetizados, isto nos mostra que apesar da LBDEN (9394/96) ter sido implementada no ano de 1996, ou seja, no ano em que estas pessoas (tinham 14 anos no período que o censo foi realizado) nasceram. O que poderia ter possibilitado o acesso a escola ou instituição especial para estes sujeitos, entretanto, não propiciou a alfabetização.

Verifica-se que há quase uma equidade percentual entre as pessoas com deficiência mental alfabetizadas e não alfabetizadas, sobretudo, nas faixas etárias, de 15 a 19 anos, de 20 a 24 anos e entre 25 aos 29 anos.

Ao cotejar com as tabelas acima, a população com deficiência mental/ intelectual na faixa etária dos 10 aos 44 anos apresenta o maior índice de analfabetismo.

Além disso, os estudos de Meletti e Bueno (2011) e Góes (2014) apontam que o maior índice de matrículas de alunos com NEE no Brasil corresponde à deficiência mental. Ao cotejar as matrículas de alunos com NEE da educação básica no Brasil no período de 2012 a 2007, Góes (2014) destaca que enquanto o aumento percentual das matrículas das demais NEE (deficiências: auditiva, visual e física; transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades) foi de 7,5%, o incremento das de alunos com deficiência intelectual foi de 147,5%. Com relação a

esses dados, não podemos desconsiderar os processos de patologização do fracasso escolar dos alunos cadastrados com deficiência intelectual ou mental, da medicalização do ensino, as justificativas do não aprender centradas apenas no aluno e a precariedade dos processos de avaliação, de diagnóstico e de encaminhamentos pedagógicos (ANACHE, 1997; MOYSES; COLLARES, 1997; PATTO, 2001).

Os dados da tabela 4 apontam que um número alto (45,6%) de pessoas com deficiência mental/ intelectual acima dos 10 anos foram declaradas ou se autodeclararam analfabetas. Deste modo, fica claro, que muitas pessoas com deficiência em nosso país, ainda não se apropriaram dos conteúdos básicos da alfabetização e do ensino fundamental.

Uma hipótese é a histórica precarização da escolarização destes indivíduos que se deram nos espaços segregados de ensino. Estudos apontam que as instituições especiais não possuem a apropriação do conhecimento científico como prioridade de aprendizagem, como encontrado na pesquisa de Ferreira (1994) que ao analisar as práticas educativas em uma escola especial verificou que os ensinamentos eram voltados a competências e treinamentos de habilidades básicas, como afazeres domésticos e cuidados pessoais.

Tais instituições são ativamente atuantes na educação especial, visto que a política inclusiva, de forma contraditória, oferta apoio técnico e financeiro para estes lócus (MELETTI, 2008). Tal realidade deve ser questionada, pois espaços que não priorizam o conhecimento sistematizado contribuem para a manutenção de altos níveis de analfabetismo.

Considerações finais

Evidencia-se que o Brasil ainda possui um alto índice de pessoas sem instrução ou com o ensino fundamental incompleto (44,9%). Esse dado alarmante mostra que muitas pessoas ainda estão excluídas da escola, sem apropriação dos conteúdos escolares básicos. Ao tratar das pessoas com deficiência, acima dos 10 anos de idade, os índices de analfabetismo apresentaram destaques, sobretudo, na deficiência mental.

Ao tratar das pessoas com deficiência com 10 anos de idade ou mais os dados mostram que, em média, são analfabetas: 13,5% das pessoas com deficiência visual, 21,2% das pessoas com deficiência auditiva, 30,2% das pessoas com deficiência física e 45,6% das pessoas com deficiência mental. Ainda com relação à população com deficiência mental, 52,5% na faixa etária dos 10 aos 14 anos é analfabeta.

Os dados indicam a falta de acesso da população com deficiência à escola em idade escolar, ou ainda, uma trajetória escolar incompleta, marcada por carências educacionais vivenciadas por esses sujeitos. Caberia aqui outro estudo baseando-se nas condições sociais dessas pessoas autodeclaradas com deficiência, para verificar se a deficiência não está intimamente associada à pobreza, distribuição de renda, dentre outros fatores sociais tão desiguais em nosso país.

Sendo assim, deve-se questionar não somente a realidade que perpassa as precárias condições de acesso à escolarização, mas também as mazelas encontradas no processo de ensino-aprendizagem dos alunos que possuem apenas a garantia do acesso à escola. Observa-se que as instituições de ensino são permeadas de desigualdades gestadas no bojo da sociedade capitalista, tornando-se as principais agentes de transmissão da cultura hegemônica (WILLIAMS, 2011).

Por fim, nota-se que os altos índices de analfabetismo da população brasileira são pertinentes para a conservação das desigualdades sociais. Com base nesta afirmação e nos dados analisados observa-se um desafio que se refere à luta contra o pensamento dominante e a precarização da educação brasileira. Segundo Saviani (2015) é na articulação entre a educação escolar e a luta da classe dominada que se encontra subsídios para a ruptura das desigualdades sociais. Esta articulação ocorre por meio do acesso da classe trabalhadora ao conhecimento científico sistematizado.

Referências

ANACHE, A. A. *Diagnóstico ou inquisição: Estudo sobre o uso do diagnóstico Psicológico na Escola*. 1997. Tese (Doutorado em Psicologia). Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo.

BARROCO, S. M. S. *Pedagogia histórico-crítica, psicologia histórico-cultural e educação especial: em defesa do desenvolvimento da pessoa com e sem deficiência*. In: Marsiglia, Ana Carolina Galvão (org.). (Org.). *Pedagogia histórico-crítica: 30 anos*. Pedagogia histórico-crítica: 30 anos. Campinas: Autores Associados, 2011, v.1, p. 169-196.

BATISTA, E. L.; LIMA, M. R. *A pedagogia histórico-crítica como teoria pedagógica transformadora: da consciência filosófica à prática revolucionária*. In: *Pedagogia Histórico-Crítica: Desafios e perspectivas para uma educação transformadora*. MARSIGLIA, A. C. G.; BATISTA, E. L. (orgs.) Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. 1996.

BRASIL. Ementa Constitucional nº 59 de 11 de novembro de 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm>. Acesso em: 23 nov. 2015.

CAIADO, K. R. M; BELLO, L. C. P. D. *Deficiência visual: histórias de quem foi à escola*. In: MELETTI, S. M. F; KASSAR, M. C. M (Org). *Escolarização de pessoas com deficiência: Desafios e Possibilidades*. Campinas, Mercado de Letras. 2012, p. 155-170.

- CURY, C. R. J. Políticas inclusivas e compensatórias na educação básica. *Cadernos de Pesquisa* (Fundação Carlos Chagas), v. 35, p. 11-32, 2005.
- FERRARO, A. R. Quantidade e qualidade na pesquisa em educação, na perspectiva da dialética marxista. *Pro-Posições*, Campinas, 23(1, 67), jan./abr., p.129-146, 2012.
- FERRARO, A. R. Direito à educação no Brasil e dívida educacional: e se o povo cobrasse? *Educação e Pesquisa* (USP. Impresso), v. 34, p. 273-289, 2008.
- FERRARO, A. R. Analfabetismo no Brasil: desconceitos e políticas de Exclusão. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 22, n. 1, p. 111-126, jan./jun. 2004.
- FERREIRA, M. C. C. A prática educativa e a concepção de desenvolvimento psicológico de alunos com deficiência intelectual. 1994. 160f. *Tese* (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.
- FREIRE, P. *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*. 9 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- GARCIA, R. M. C. *Deficiência física e escolarização: Política Educacional e implicações para o processo pedagógico*. In: MELETTI, S. M. F; KASSAR, M. C. M (Org). *Escolarização de pessoas com deficiência: Desafios e Possibilidades*. Campinas, Mercado de Letras. 2012, p. 109-128.
- GÓES, R. S. *Escolarização de alunos com deficiência intelectual: as estatísticas educacionais como expressão das políticas de educação especial no Brasil*. 2014. *Tese* (Doutorado em Educação) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.
- GONÇALVES, T.G.G.L. *Escolarização de alunos com deficiência na educação de jovens e adultos: Uma análise dos indicadores educacionais brasileiros (2007-2010)*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.
- GONÇALVES, T.G.G.L.; BUENO, J.G.S. ; MELETTI, S. M. F. Matrículas de alunos com deficiência na EJA: Uma análise dos indicadores educacionais brasileiros. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, v. 29, p. 407-427, 2013.
- IBGE. SIDRA. *Sistema IBGE de recuperação automática*. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 nov. 2014.
- JANNUZZI, P. M. Indicadores para Diagnóstico, Monitoramento e Avaliação de Programas Sociais no Brasil. *Revista do Serviço Público*. Brasília, v. 56, n. 2, p. 137-159, 2005.
- KUENZER, A. Z. O ensino médio agora é para a vida: entre o pretendido, o dito e o feito. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 1, p. 15-39, 2000.

KUENZER, A. Z. O ensino médio no contexto das políticas públicas de educação no Brasil. *Revista Brasileira de Educação* [online], n.04, p. 77-95, 1997.

LACERDA, C. B. F. A inclusão escolar de alunos surdos: O que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência. *Cadernos Cedes*, Campinas, v. 26, n. 69, p. 163-184, maio/ago, 2006.

MACHADO, M. M. Quando a obrigatoriedade afirma e nega o direito a educação. *Retratos da Escola*, v. 4, p. 245-258, 2010

MARTINS, L. M. As aparências enganam: divergências entre o materialismo histórico dialético e as abordagens qualitativas em pesquisa. In: *29^o Reunião Anual da ANPED*, 2006. Educação, Cultura e Conhecimento: desafios e compromissos, v.1, 2006.

MELETTI, S. M. Políticas de educação inclusiva e a instituição especializada na educação da pessoa com deficiência mental. *Ciência e Cognição*. v. 3, p. 199-213, 2008. Disponível em: <<http://www.cienciasecognicao.org>> Acesso em: 05 nov. 2015.

MELETTI, S. M. F.; BUENO, J. G. S. O impacto das políticas públicas de escolarização de alunos com deficiência: uma análise dos indicadores sociais no Brasil. *Linhas Críticas* (Online), v. 17, p. 367-384, 2011.

MOYSES, M. A. A.; COLLARES, C. A. L. Inteligência Abstraída, Crianças Silenciadas: as Avaliações de Inteligência. *Psicologia USP* (Impresso), v. 8, p. 63, 1997.

PATTO, M. H. S. *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia*. 2. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.

SANFELICE, J. L. Da pedagogia colonial à educação mercantilista. In: Azevedo, J.; Dias, R. (Org.). *Educação e diálogo - encontros com educadores de Várzea Paulista*. 1ed. Jaboticabal: Editora da Funep, 2011, v. 1, p. 93-111.

SAVIANI, D. *Pedagogia histórico-crítica: Primeiras aproximações*. 11. ed., Campinas - SP: Autores Associados, 2012.

SAVIANI, D. Educação socialista, pedagogia histórico-crítica e os desafios da sociedade de classes. In: LOMBARDI, J.C.; SAVIANI, D. (Orgs.) *Marxismo e Educação: debates contemporâneos*. 2 ed.- Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2008.

SAVIANI, D. *História do tempo e tempo da história: Estudos de historiografia e história da educação*. Campinas: Autores Associados, 2015.

VIEGAS, L. T; BASSI, M. E. A Educação Especial no âmbito da Política de Fundos no Financiamento da Educação. *Reflexão e Ação*, v. 17, p. 54-87, 2009.

WILLIAMS, R. Base e superestrutura na teoria da cultura marxista. In:
WILLIAMS, R. *Cultura e Materialismo*. Trad. André Glaser- São Paulo: Editora
UNESP, 2011.

Recebido em: 25/10/2015

Aceito em: 30/11/2015